

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITOS, ENTRAVES E POLÍTICAS PÚBLICAS NUMA ESCOLA PÚBLICA DE TOCANTINS

INCLUSIVE EDUCATION: RIGHTS, OBSTACLES AND PUBLIC POLICIES IN A PUBLIC SCHOOL IN TOCANTINS

EDUCACIÓN INCLUSIVA: DERECHOS, OBSTÁCULOS Y POLÍTICAS PÚBLICAS EN UNA ESCUELA PÚBLICA DE TOCANTINS

Fabiane Carneiro Saraiva Chaves¹
Débora Araújo Leal²

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo perceber os saberes que a escola construiu a respeito da Educação Inclusiva por meio de algumas questões acerca dos direitos, entraves e políticas públicas da educação inclusiva numa escola pública do Tocantins. Para alcançar essa meta, empreendeu-se pesquisa de cunho qualitativo, na modalidade estudo de caso, junto à escola, pois são evidentes as diversas dificuldades que as pessoas com deficiência se deparam diariamente por conta de suas limitações, sejam elas físicas ou mentais/neurológicas. Como fundamentação, o estudo priorizou um referencial teórico sobre os processos de inclusão, principalmente, na área educacional; sobre a educação e educação especial; sobre o direito à educação e os dispositivos legais nos quais se pautam os princípios da Educação Inclusiva. Com isso, é possível identificar os maiores entraves encontrados pela pessoa com deficiência na efetivação e garantia de uma educação inclusiva; evidenciar as políticas públicas de inclusão adotadas na escola em questão; traçar estratégias que garantam o direito à educação inclusiva na sua integralidade.

3716

Palavras-chave: Educação. Educação inclusiva. Políticas Públicas. Saberes da Escola.

ABSTRACT: This study aims to understand the knowledge that the school has built up about Inclusive Education through some questions about the rights, obstacles and public policies of inclusive education in a public school in Tocantins. In order to achieve this goal, a qualitative case study was carried out at the school, as the various difficulties faced by people with disabilities on a daily basis due to their limitations, whether physical or mental/neurological, are evident. As a foundation, the study prioritized a theoretical reference on the processes of inclusion, especially in the educational area; on education and special education; on the right to education and the legal provisions on which the principles of Inclusive Education are based. As a result, it is possible to identify the biggest obstacles faced by people with disabilities in implementing and guaranteeing an inclusive education; to highlight the public inclusion policies adopted at the school in question; and to outline strategies that guarantee the right to inclusive education in its entirety.

Keywords: Education. Inclusive education. Public policies. School knowledge.

¹Doutora e Mestra em Ciências da Educação; Professora da Rede Municipal de Ensino do Município de Aguiarnópolis- TO.

²Pós - Doutora pelo Instituto Universitário Italiano de Rosário IUNIR-AR, Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Feira de Santana - BA.

RESUMEN: El objetivo de este estudio es comprender el conocimiento que la escuela ha construido sobre la Educación Inclusiva a través de algunas preguntas sobre los derechos, los obstáculos y las políticas públicas de educación inclusiva en una escuela pública de Tocantins. Para alcanzar este objetivo, se realizó un estudio de caso cualitativo en la escuela, ya que son evidentes las diversas dificultades que las personas con discapacidad enfrentan a diario debido a sus limitaciones, ya sean físicas o mentales/neurológicas. Como base, el estudio priorizó una referencia teórica sobre los procesos de inclusión, especialmente en el área educativa; sobre la educación y la educación especial; sobre el derecho a la educación y las disposiciones legales en las que se basan los principios de la Educación Inclusiva. Como resultado, es posible identificar los mayores obstáculos enfrentados por las personas con discapacidad en la implementación y garantía de una educación inclusiva; destacar las políticas públicas de inclusión adoptadas en la escuela en cuestión; y delinear estrategias que garanticen el derecho a la educación inclusiva en su totalidad.

Palabras clave: Educación. Educación inclusiva. Políticas públicas. Conocimiento escolar.

INTRODUÇÃO

A inclusão é o grande desafio em todos os espaços e culturas. Incluir, foi, desde sempre, conectar pessoas a lugares, ideias, formas de viver e de estar no mundo. Entretanto, nem todo esse processo é concebido de forma fácil e satisfatória. Incluir pode parecer, mas não existe sem o planejamento, o amor e o real desejo da sociedade.

A educação brasileira por si só constitui um grande desafio, pois o Brasil possui uma cultura bastante diversificada que carrega em seu bojo uma realidade social cheia de idiosincrasias e, por isso, se apresenta de forma muito complexa. Para atender a tal diversidade, o ordenamento jurídico brasileiro passou por diversas modificações, adaptações e atualizações para acompanhar o progresso e a evolução do homem e do mundo. Nesse sentido, esta pesquisa tem por objetivo discutir e analisar o acesso à educação inclusiva, seus direitos e entraves, bem como sua efetivação, tendo como base uma escola pública no Tocantins.

A Escola lócus da pesquisa é considerada a maior da rede municipal de ensino Aguiarnópolis - TO, não só pelo número de alunos que atende, mas também pela sua estrutura física. Conta com a matrícula de 1400 alunos em média, dentre os quais, atualmente, e de acordo com o Censo escolar de 2019, 32 são deficientes. Foi justamente por sua grande dimensão, posição de destaque no Município e considerável número de alunos deficientes matriculados que surgiu a necessidade e o interesse de fazer um estudo mais aprofundado sobre a efetivação da educação inclusiva e de políticas públicas que contribuem para a inclusão e acessibilidade nesta Instituição de ensino.

Desse modo, importa ressaltar que, mesmo com todos os avanços, poucos são os locais que possuem estrutura física adequada e condição material e humana (profissionais capacitados) para atender às necessidades e limitações de pessoas com deficiência. Além disso, tais pessoas também sofrem com a falta de atendimento de profissionais, gratuitos e de qualidade, de diversas áreas como psicólogos, terapeutas, pedagogos, assistentes sociais e até neurologistas, os quais, em equipe multidisciplinar, deveriam analisar e acompanhar o desenvolvimento psicossocial de cada indivíduo com deficiência, seu grau de deficiência mental ou física em todos os aspectos, a fim de viabilizar estratégias de integração social e, conseqüentemente, possibilitar uma vida digna e uma verdadeira inclusão escolar para essas pessoas.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Pensar em Educação Inclusiva no Brasil é tocar em um tema ainda pouco debatido e explorado, é falar de histórias e avanços que ocorreram e ainda ocorrem de maneira lenta e pouco ambiciosa. Todo o processo de chegada da educação inclusiva precisa ser visto ainda com o olhar de como nossa educação se formou e se orienta, seguindo regras e currículos feitos para suprir necessidades que nem sempre se fazem casar com fatores reais. (ARANHA, 1994)

Ao se falar sobre Inclusão, deve-se falar inicialmente sobre como essa palavra foi ampliando de conceito ao longo da história e como, ao longo dos anos, ela se tornou um termo bastante polêmico. Citada por muitos como uma necessidade que impulsiona o processo de crescimento do homem, ela também recebe críticas por, muitas vezes, negar uma realidade imediata que é incompatível com a emancipação do “homem” e anunciar uma nova realidade fundamentada num projeto alternativo ainda não existente, mas que pudesse propiciar um “lugar” para a planificação da humanidade como um todo. (MANTOAN, 2013)

É por meio da discussão sobre sua função de enriquecimento ou ilusão que a inclusão se apresenta na educação como uma forma de rever e problematizar determinadas realidades sociais. É por meio dela que o processo educativo pode indicar as possibilidades de emancipação deste numa prática que ultrapasse a condição histórica determinista.

Na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, o homem passa a ver e planejar seus projetos por meio de uma organização pautada, principalmente, na aquisição de conhecimentos que sejam capazes de mudar realidades historicamente condicionadas a comportamentos de posicionamentos que nem sempre são ideais. É no processo de reflexão que o homem se conecta

com sua essência e consegue perceber como seus pensamentos e sonhos são potencialmente parte de um mundo real. (ANJOS, 2021)

É no processo evolutivo que se garante a sobrevivência dos valores e comportamentos considerados evolutivos e ineficazes. Indivíduo que consegue se compreender por meio de suas características evolutivas e marcas históricas estão aptos para aprender práticas oferecem um que desenvolvimento do ser humano em sua totalidade.

Muito se fala sobre a democratização do conhecimento e de que forma este é aplicado na sociedade. A formação da educação de nossa sociedade brasileira é formada por inúmeros processos que devem ser compreendidos para o entendimento dos mecanismos de aprendizagem dos indivíduos e a sua relação com a escola. (FREIRE, 1996).

Na análise das sociedades contemporâneas, a família e a escola aparecem como estruturas formais moralizantes do indivíduo. A escola vem a representar uma instituição que ocupa um lugar similar ao da igreja na Idade Medieval. Ela é constituída de um sistema de ensino unificado e de leis que impõem a escolarização obrigatória, tornando-se um lugar onde a luta pela significação de valores e culturas é frequente.

A estrutura educacional dos séculos XV e XVI é voltada basicamente para a educação familiar e serviços domésticos. Crianças advindas de classes mais pobres eram levadas a trabalhar para outras famílias, onde aprenderiam alguns valores morais e certos comportamentos necessários para a vida adulta. (NEVES; RAHME; FERREIRA, 2019),

Já para as classes economicamente mais abastadas, a educação da criança deveria apresentar os valores que já eram socialmente morais e que deveriam se perpetuar em nome da honra do nome da família. Nesse contexto, a escola era apenas um complemento para a formação do indivíduo, que não tinha um valor moralizante tão intenso.

A partir do século XIX, uma série de lentas transformações ocorreram, o que permitiu um novo olhar no que se refere à educação das crianças e ao tipo de escola. As crianças estariam agora fora do mundo dos adultos e seus valores seriam construídos a partir do conceito de infância e uma preocupação com aqueles que seriam os herdeiros de determinados grupos. Foram criadas uma série de manuais de como cuidar da educação das crianças, e isso alterou profundamente as estruturas sociais da sociedade. (APPENZELLER et al., 2020).

Aos poucos, a escola passou a se tornar o lugar central da educação das crianças, influenciando na formação atual da estrutura social. Foram formuladas leis que garantiam o direito à escolarização e iniciadas reformas na maneira de como o ensino deveria ser concebido.

As escolas ficaram sob o controle do estado, assim como os conteúdos, os métodos de ensino e a formação dos professores. Em um estudo realizado por Souza (2017) sobre a implantação dos grupos escolares em São Paulo na virada do século XIX para XX, mostra como a escola tornou-se um instrumento de construção dos cidadãos necessários para a formação de um estado e nação democráticos e adequados ao funcionamento de uma democracia moderna.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e documental e pesquisa de campo através de formulários e entrevistas. O tema da pesquisa evidencia a influência da afetividade na aprendizagem de estudantes com deficiência e o processo de inclusão numa escola pública do Tocantins. Nesse contexto, compreende-se a problemática da inclusão face a aprendizagem dos discentes que se faz necessário no novo cenário educacional, a partir de elementos que objetivam alcançar resultados claramente definidos, dedicando especial atenção a vertente educativa no trabalho inclusivo. (GIL, 2017)

O Lócus para a coleta de dados foi uma escola pública do Tocantins que funciona nos três turnos, com aproximadamente 1300 alunos matriculados, (em sua maioria, provenientes da zona rural deste município) do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II no diurno e na modalidade EJA ofertada no noturno. A equipe pedagógica conta com três coordenadores e um coordenador geral que articula os processos pedagógicos dos três turnos. Vale ressaltar que essa Unidade Escolar recebe recursos do PDE- MEC/PAF e do PDDE. (BRASIL, 1996)

A referida escola assume um importante papel no município de Aguiarnópolis – TO, pois recebe/atende crianças de todos os bairros do município e da zona rural, que são trazidos na sua maioria pelo transporte escolar gratuito, sendo sua clientela heterogênea. Em todos os turnos, os alunos permanecem na instituição 04 horas, sendo vivenciadas atividades pedagógicas direcionadas para as modalidades de ensino regular e da EJA (turno noturno), baseadas na atual estrutura curricular das legislações da educação atual.

Esta pesquisa considerou a fala contextualizada envolvendo os entrevistados em consonância com a interpretação do entrevistador, sobre as relações de trabalho escolar frente ao processo de inclusão com discentes deficientes ou com necessidades especiais. Para Minayo (2010, p. 21-22): a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que

corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os desafios enfrentados por alunos e professores durante a pandemia do COVID 19, trouxe para debate as falhas de um sistema educacional que não está preparado para mudanças e não consegue se sustentar apenas por meios burocráticos e com uma educação tradicional. Grande parte dos estudantes sentiram-se e foram excluídos do processo educacional durante esta pandemia.

A pandemia não veio para nos “aproximar de nós mesmos”. Não há romantismo no que vivemos. A pandemia talvez tenha vindo de forma a expor essa tão antiga pandemia de desigualdades (grifos da autora). As aglomerações nas favelas e nas áreas menos favorecidas pela falta de espaço em casa, a morte de homens e mulheres negras, trabalhadoras domésticas, indígenas – caracterizam a crise instaurada em nosso meio.

Alunos que sempre estiveram presentes no espaço escolar, se viram fora deste e com poucos recursos para continuar seus estudos. Muito se fala sobre o grande desafio de educar durante a pandemia, mas a grande questão a ser lançada não se volta apenas para esse período, mas por algo que o processo educativo sempre esteve preocupado: as diferentes formas de se adquirir conhecimento.

Dentro da perspectiva de que o ensino deve ser dado a todos, não somente a alguns segmentos da sociedade, muitas escolas não conseguiram receber orientações e recursos para lidar com a distância ocasionada pelo isolamento social. Assim, gestores, professores, familiares e discentes tiveram que buscar diferentes formas de adaptar o ensino, que antes se fazia tradicionalmente presencial, para a nova realidade de ensino remoto emergencial (APPENZELLER et al., 2020).

Muito embora a legislação vigente e os documentos normativos estejam impulsionando, ou mesmo norteando a organização de sistemas educacionais inclusivos, é mister destacar que sem mudança de postura, que deve ser desenvolvida por todos os protagonistas que fazem parte da comunidade escolar, será quase impossível tornar tais políticas efetivas. (ANJOS, 2021)

Tudo o que se encontra no ambiente onde ocorre o processo ensino- aprendizagem pode se transformar em um ótimo recurso didático, desde que utilizado de forma adequada. No entanto, compete ao professor, junto à toda equipe gestora, discutir estratégias de ensino que

abarcam o que os mesmos têm como recurso didático pedagógico, mas, para tanto, o professor deverá estar atento ao seu público, visando atingir os seus anseios e dificuldades.

Haja vista que não se trata de uma simples inserção de alunos com NEE nos sistemas regulares de ensino, mas sim, de uma reestruturação em relação à cultura, à prática e às políticas vivenciadas nas escolas, de modo que estas respondam à diversidade de alunos. (ARANHA, 1994)

O cenário ocasionado pela covid 19 e a mudança no contato entre alunos e professores, refletiu muito no vínculo social com os estudantes da educação especial. Os recursos pedagógicos e tecnológicos utilizados no AEE juntamente com os profissionais da educação e também articulados ao trabalho realizado pelo professor da sala de aula, possibilitam, em alguns casos, planejar e desenvolver atividades para serem enviadas aos estudantes da educação especial, proporcionando um aprendizado significativo. (MANTOAN, 2013)

Não basta o professor, por si só, desenvolver práticas destinadas à inclusão de alunos com deficiência, pois se não houver o acolhimento, bem como, a conscientização de todos os que estão envolvidos neste processo, as propostas destinadas à educação inclusiva não serão efetivadas.

Assim, dentro de uma perspectiva de ensino remoto relacionado à inclusão, o cenário da educação da escola tornou-se um desafio ainda maior. Ora, se a realização de uma educação inclusiva nas escolas antes da pandemia já era dificultosa, enfrentando ainda alguns estigmas e segregações (NEVES; RAHME; FERREIRA, 2019), nesse momento específico, evidenciam-se outras dificuldades somadas àquelas, onde o suporte antes oferecido se torna tanto imprescindível quanto escasso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema Educação Especial no Brasil ainda é bastante delicado de se dialogar, principalmente quando se trata de inclusão escolar. As discussões são inúmeras e perpassam pela legislação, teorias e práticas, além dos debates e perspectivas que giram em torno do processo de incluir alunos com necessidades especiais no sistema educacional regular.

No que refere às relações de inclusão de pessoas portadores de necessidades especiais, a forma inclusiva deve acontecer de forma adequada em todos os segmentos da sociedade, e em especial no ambiente Educacional. Neste sentido, é dever da sociedade e da escola promover as

condições necessárias para que os portadores de necessidades especiais tenham condições de se desenvolverem individualmente de forma plena.

Convém ressaltar que, entre os fatores que contribuem para uma educação inclusiva, está a formação do corpo docente, posto que não adianta a instituição preparar seu projeto político pedagógico e adequar suas instalações físicas se não tiver professores qualificados para receber esta clientela. Nesse sentido, é necessário criar estratégias de formação para o corpo docente de forma contínua e efetiva, pois a garantia dessas formações apenas no papel, nas leis e documentos norteadores, não tem sido eficaz.

O professor recebe na sala de aula regular alunos com diversas deficiências e/ou necessidades especiais, mas pouco está preparado para atender a sua diversificada demanda. Isso tem se arrastado a longos anos, pois o Estado regulamentou, construiu propostas e políticas públicas, mas a efetivação destas muitas vezes se perdem no caminho por não ter uma “obrigatoriedade” de o professor estar com a formação adequada para uma educação inclusiva de fato.

É preciso não só ofertar cursos de formação, mas garantir a participação de fato de todos os professores e gestores. É fundamental que essas formações tragam uma abordagem ampla no que se refere às diversas necessidades dos alunos, com foco na especificidade de cada necessidade, pois não se tem uma certeza do público especial que vai chegar na sala de aula com antecedência e é importante estar preparado para atender a todos, sem distinção.

3723

REFERÊNCIAS

ANJOS, R. S. O atendimento educacional especializado em salas de recursos. **Revista fórum identidades**. Itabaiana, ano 5, v. 9, jan.\jun. 20121.

APPENZELLER, Simone at al. Novos Tempos, Novos Desafios: Estratégias para Equidade de Acesso ao Ensino Remoto Emergencial. **Rev. Bras. Educ. Med.** [online]. 2020, vol.44, suppl.1, e 155. Epub 24-Set-2020. ISSN 1981-5271. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.supl.1-20200420>. Acesso em: 20 out. 2021.

ARANHA, M. S. F. A integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. Mesa redonda; a questão da integração do deficiente. **XXIV Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto**. SP, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 de setembro de 2022.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 2. reimpr. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2013.

MINAYO, M. C. de S. (Org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 30 ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2010.

OLIVEIRA, P. de S.(Org.) **Metodologia das ciências humanas.** São Paulo: HUCITEC,

SOUZA, K. R. **Direito à educação nos países membros do Mercosul: um estudo comparado.** 2017, 346f. **Tese (Doutorado em Educação Escolar),** Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2017.